

O BRASIL DEPENDENTE: UMA VISÃO CRÍTICA ANTIUTILITARISTA DA RELAÇÃO COMERCIAL COM A CHINA

Avance de investigación en curso

GT 06 - Imaginários Sociais, memórias e pós-colonidade

Éder Lira de Souza Leão

Professor da Universidade Federal Rural de Pernambuco
Pesquisador do Núcleo de Epistemologias do Sul Global - UFPE

Resumo:

Este artigo parte de alguns questionamentos realizados durante as investigações do projeto de pesquisa “Alternativas teóricas ao desenvolvimentismo na América Latina na perspectiva relacional do dom: centro, periferia, dependência e autonomia”. Um dos interesses do estudo é compreender o modelo desenvolvimento econômico atual, baseado em medidas de crescimento, tais como o PIB e a balança comercial. O debate acerca das relações de dependência econômica e das políticas de crescimento nacional tem atualmente chamado grande atenção, principalmente em razão da cada vez mais estreita relação comercial que alguns Países têm com a China, inclusive o Brasil, que será o objeto deste trabalho, cujo objetivo é compreender como a relação comercial com a China influencia o nível de crescimento econômico.

Palavras-chave: China. Dependência. Antiutilitarismo.

Resumén:

Este artículo es parte de algunas consultas realizadas durante la investigación del proyecto de investigación "alternativas teóricas al desarrollismo en América Latina en la perspectiva relacional de la donación: centro, periferia, la dependencia y la autonomía." Uno de los intereses del estudio es entender el modelo de desarrollo económico actual, basado en las medidas de crecimiento, tales como el PIB y la balanza comercial. El debate acerca de la relación de dependencia y las políticas de crecimiento económico nacional ha llamado mucha atención, debido principalmente a la relación comercial cada vez más estrecha que algunos países tienen con China, entre ellos Brasil, que será el objeto de este trabajo, que objetivo es comprender cómo la relación comercial con China afecta el nivel de crecimiento económico.

Palabras-clave: China. Dependencia. Antiutilitarismo.

Introdução

Este artigo parte de alguns questionamentos realizados durante as investigações do projeto de pesquisa “Alternativas teóricas ao desenvolvimentismo na América Latina na perspectiva relacional do dom: centro, periferia, dependência e autonomia”¹. Um dos interesses do estudo é compreender o

¹ Projeto financiado pelo CNPq, por meio da Chamada Pública MCT/CNPq - Nº 14/2012, Processo 478885/2012. O Núcleo de Epistemologias do Sul Global está responsável pela execução desta pesquisa.

modelo desenvolvimento econômico atual, baseado em medidas de crescimento, tais como o Produto Interno Bruto (PIB) e a balança comercial (BC).

O Brasil e países da América Latina foram condicionados desde os 1950 por orientações políticas de planejamento econômico direcionadas por esses resultados, entre as principais influências iniciais está a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL). Esta instituição é um marco no estudo sobre a chamada teoria da dependência e teoria da deterioração dos termos de intercâmbio, que foram expressões cunhadas para compreender e criticar obviedades históricas das trocas e relações desiguais e dominação entre Países periféricos e centrais.

No entanto, parece que estas teorias pareceram ficar restritas aos momentos de auge dessa discussão, entre 1950 e 1970, e a razão desse debate perder força pode ter sido pela também menor influência que esta instituição teve nas décadas seguintes (Wallerstein, 1997/1998). Embora pareça que o debate acadêmico tenha parecido se exaurir ou não ter tanta importância, a crítica sociológica se utiliza atualmente de outras abordagens teóricas, como anti-utilitarismo e pós-colonialidade para se obter uma visão ampla do sistema-mundo.

O debate acerca das relações de dependência econômica e das políticas de crescimento nacional tem atualmente chamado grande atenção, principalmente em razão da cada vez mais estreita relação comercial que alguns Países têm com a China, inclusive o Brasil, que será o objeto deste trabalho, cujo objetivo é compreender como a relação comercial com a China influencia o nível de crescimento econômico. É importante estudar o nível de dependência comercial do Brasil com a China, para se saber como esta afeta seu "compromisso" com o planejamento do crescimento econômico.

A escolha da China, como mote para esta discussão, se deve ao rápido crescimento das relações comerciais bilaterais sino-brasileiras desde o início dos anos 2000, consolidando o país asiático como o principal destino das exportações brasileiras, além de também ser o principal fornecedor.

Para auxiliar na construção do caminho metodológico e buscar responder a alguns desses questionamentos, o trabalho foi fundamentado em pesquisadores clássicos Aníbal Quijano, Celso Furtado, Immanuel Wallerstein e outros estudos da CEPAL. Ainda para justificar a necessidade do estudo e apresentar fontes que mostram alguma tendência do estreitamento comercial e dependente do Brasil com a China, foram utilizados dados obtidos na Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (SECEX/MDIC).

A primeira seção discute brevemente os conceitos de crescimento e desenvolvimento econômico. A seção seguida aborda aspectos da teoria da dependência e teoria da deterioração dos termos de intercâmbio. A terceira seção mostra a importância da relação comercial com China e como esta influência a dinâmica econômica brasileira. Por fim, as conclusões aponta algumas reflexões e apontamentos importantes deste texto.

1 Breve discussão da dicotomia “crescimento” e “desenvolvimento” econômico

O termo “crescimento” – a primeira vista tem sido confundido com “desenvolvimento” – e refere-se, segundo Ferreira (2004: 221) a um “grande esforço de acumulação de capital e com a absorção inadequada das massas crescentes de população ativa, que anualmente incorporam à força de trabalho”.

O conceito de desenvolvimento segue além dessa perspectiva econômica (mas é precedida por esta), pois requer mudanças mais profundas do que simples alterações conjunturais ou meros anúncios estatísticos feitos pelos governos, a fim de provar e afirmar alguma mudança socioeconômica, para justificar alguma política pública. Desse modo, pode ser definida como a melhoria significativa de vários indicadores – social, ambiental, educacional, saúde, econômico, entre outros que garantam as condições de vida à população. Portanto, o desenvolvimento não pode ser compreendido e aplicado por

partes, pois o mesmo não pode apresentar resultados isolados de um ou outro indicador, as transformações devem, portanto, ser sistêmicas (Bresser-Pereira, 2003).

Ao passo que a discussão sobre desenvolvimento e crescimento torna-se dicotômica, o mercado – seja global, nacional, regional ou local – continua fortemente influenciado pelo “capitalismo”, sistema baseado na produção visando acumulação (lucro) de bens por meio da concentração de fatores de produção, e que tem todas as suas relações reguladas sob o sistema de preços, inclusive categorias ou aspectos a vida humana e social, como o trabalho, inclusive a confiança, componente atrelado a oferta de crédito no mercado (Polanyi, 2000). Essas relações de mercado chegaram a tal ponto de superar as sociais e de se tornarem indissociáveis aos aspectos econômicos, que os conceitos crescimento e desenvolvimento são confundidos ou realmente interpretados como sinônimos.

A utilização política da expressão “crescimento” ao invés de “desenvolvimento” tornou-se mais plausível e factível em sua compreensão na economia, considerando, respectivamente, que o primeiro está atrelado ao valor de medida ou grandeza, e o segundo ao conceito de melhoria qualitativa das condições socioeconômicas. Essa concepção neoclássica parece lograr em vários debates entre economistas. Não há uma definição aceita por todas as correntes de pensamento, logo se podem analisar várias correntes que surgiram ao longo da história.

Outra perspectiva desse debate, ainda considerando que crescimento e desenvolvimento são sinônimos, é estudada por Jones (2000), sobre o modelo de Solow². De acordo com esse modelo, o progresso tecnológico e o capital humano são fatores intrínsecos para o crescimento econômico. Considerando esses dois componentes, Jones (2000: 81) analisa que “melhorias tecnológicas e o próprio processo de crescimento são entendidos como um resultado endógeno da economia”.

Uma importante conclusão está no fato desses países mais desenvolvidos (centrais) investirem mais no progresso tecnológico e no capital humano, ou seja, gastam mais em educação e qualificação das habilidades dos trabalhadores e concomitante em novas tecnologias. Nos países subdesenvolvidos, falta capital e melhor nível de qualificação, no entanto, segundo Jones (2000), a produtividade com que empregam os insumos aos quais possuem é baixa. Um país crescerá se houver um comprometimento das instituições que regem a política econômica, destinando maior parcela dos recursos para qualificação e produção científica. Jones (2000) explica que é necessário uma infraestrutura fortalecida e bastante capital social, para que não haja desvios e mal direcionamento na aplicação desses investimentos, pois há necessidade de retorno, refletido na melhoria das taxas de desenvolvimento humano e de crescimento econômico. De forma análoga, uma das proposições básicas do estruturalismo cepalino, desenvolvidas no seio do debate sobre o desenvolvimento na América Latina, argumenta que (Colistete, 2001:23):

O ritmo de incorporação do progresso técnico e de aumento da produtividade seria significativamente maior nas economias industriais (centro) do que nas economias especializadas em produtos em primários, o que levaria por si só a uma diferenciação.

Os estruturalistas perceberam que o ritmo de crescimento nos países periféricos, principalmente latino-americanos era inferior àqueles de economia industrial. Pois, mesmo que houvesse maior investimento em tecnologia e capital humano, ainda sim, a base dessas economias na primeira metade do século XX era agroexportadora – intensiva em mão-de-obra e escassa em capital –, pois havia uma deterioração dos termos de troca internacional, que provocava nessas economias um crescimento desigual na sociedade, consequência da redução dos preços (Souza, 2008).

Wallerstein (1997/1998) defende que o fato da América Latina e outros países ditos subdesenvolvidos não “desenvolverem”, não têm haver com a falta ou mesmo realização de políticas

² Robert Solow, economista neoclássico estadunidense, Prêmio Nobel de Economia em 1987 que estudou que as fontes de crescimento econômico são a acumulação de capital, força de trabalho e inovação tecnológica.

pouco ineficientes, estas podem até provocar resultados efetivos, mas ainda assim, o País não conseguiria autonomamente se desenvolver. O desenvolvimento dependeria do cenário sistêmico-mundial, ou seja, de como a economia mundial se comporta, portanto está subordinada a “natureza polarizada” do capitalismo.

Sendo que a discussão sobre “desenvolvimento” na América Latina permeia ainda outras questões, tais como: identidade, relações sociais, etnia, democracia, território, modernização e pós-modernidade (Quijano, 2000). Afora que a relação de dependência abrange aspectos históricos da colonização, que embora se perceba um processo descolonial, Portanto, o tema é discutido simultaneamente às questões relativas ao subdesenvolvimento, que parece servir melhor as muitas realidades desses territórios, principalmente o brasileiro. Por sua vez, o conceito de subdesenvolvimento é categorizado inicialmente como termo político, utilizado para descrever os países em que os níveis de crescimento econômico são inferiores aos do crescimento demográfico. Essa categoria fora bastante discutida pelos economistas cepalinos, que elaboraram instrumentos de análise e de políticas para os governos latino-americanos alcançarem níveis ótimos de desenvolvimento (ou crescimento?). Pois, quando este nível é alcançado, os governos conseguem arrecadar mais, e por fim, buscam inverter (dividir o bolo!) em programas e benefícios sociais que enfoquem a melhoria do bem estar social.

Para o economista Celso Furtado, o subdesenvolvimento não é definido pelo atraso, mas por consequências do processo de expansionismo do sistema capitalista-imperialista (Garcia e Goldbaum, 2003). As causas do subdesenvolvimento na América Latina têm para Celso Furtado, dois fatores (Furtado, 1986; Rodrigues, 2006): i) Histórico: desenvolvimento lento da industrialização e predomínio do modelo agroexportador; e ii) político: influência e interesses dos países centrais e das classes latifundiárias.

Esses fatores implicam em elementos cíclicos da má formação econômica dos países latino-americanos. Celso Furtado explica que esse era um “atraso” que se repetia – herança da colonização, que permitiu a constituição de estruturas arcaicas de poder e acumulação. Nesse contexto, Bielschowsky (2000:43) observa que o “subdesenvolvimento é um processo que dá mostras de perpetuar-se, apesar do crescimento econômico” [grifo meu].

A experiência brasileira, assim como de outras nações permite observar que o desenvolvimento não pode ser confundido com crescimento, pois os frutos dessa expansão nem sempre beneficiam a economia como um todo e ao conjunto da população. Logo, pode-se perceber que o crescimento econômico está ligado a fatores de produção e renda, já o desenvolvimento promove melhorias na qualidade e nas condições de vida da população, expansão dos níveis de desenvolvimento humano e bem-estar (Thomas, 2002).

2 Discussão sobre a Dependência e Deterioração dos Termos de Troca

O interesse do tema desenvolvimento nos países latino-americanos parte da classe burguesa, mas na forma de dependência. As crises econômicas internacionais são sistêmicas nas análises, contudo os países em desenvolvimento têm suas economias chacoalhadas para ajustarem e salvarem os interesses dos especuladores e intervencionistas norte-americanos e europeus (Stavenhagen, 1997). A globalização incorporou forçadamente os mercados nacionais desses países, mas essa manobra não aparenta ser nova nem inovadora, já que desde o século XVI a América Latina “integra” ao mercado mundial, mas sempre na lógica das vantagens comparativas – que tornam mais vantagem para os ex-colonizadores, pois as suas especialidades são mais competitivas e lucrativas.

O poder da influência do sistema capitalista é exercido globalmente e, desde o início das colonizações, não apenas no continente americano, mas também na África, Ásia e Oceania. Contudo, o poder do capitalismo não existe ou existiu em momento algum da história de uma forma homogênea –

mas o princípio do capitalismo continua sendo o mesmo “acumulação de bens por meios de exploração”. Pois, o capitalismo é parte e o todo de uma história de desigualdades e heterogeneidades na transformação do espaço social.

A América Latina é um continente jovem frente a história da civilização humana ocidental, mas esse jovem de pouco mais de 500 anos parece efervescer em conflitos que iniciaram desde a dominação e a exploração pelos colonizadores Europeus até a atual relação de dependência econômica com os países desenvolvidos num processo de pós-colonialidade, mesmo após um século da ebulição das revoluções e movimentos que deram independência a vários dos atuais países latino-americanos (Stavenhagen, 1997).

A história de construção (espaço), constituição (política) e formação (social e econômica) dos traços identitários e peculiares do território latino-americano apresentam em vários momentos, lugares e povos que há uma América Latina unívoca na elaboração de sua História, mas diversa na transformação do seu espaço (Quijano, 2000).

O modelo de formação econômica de produção primário-exportadora (*hacia afuera*) – imposta pela teoria das vantagens comparativas de custo aos países periféricos – estagnou a evolução e a inovação tecnológica produtiva até os anos 1930, quando decorrente dos efeitos devastadores do estrangulamento externo provocado pela depressão econômica mundial – antecedida pela Crise de 1929 – iniciou-se espontaneamente um novo modelo, urbano-industrial (*hacia adentro*), impulsionando a diversificação da produção nacional e buscando a substituição das importações de bens industriais. Essas mudanças não foram acompanhadas por uma melhoria das condições de vida, pois o que se observou foi a implantação de uma base industrial substitutiva de bens importados, em países com fortes desequilíbrios econômicos e desigualdades sociais fundadas numa estrutura patriarcal representada pelos grandes latifúndios, ou seja, neste período haviam duas estruturas distintas e diacrônicas coexistindo no mesmo período.

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, foram criadas instituições internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (Bird), cuja finalidade era prover a reconstrução e o desenvolvimento dos países destruídos na guerra – no entanto, a América Latina não foi atendida inicialmente, uma vez que era enxergada como uma economia primário-exportadora, com lento desenvolvimento técnico, e não tinha sido “atingidos” diretamente pelo conflito armado, além dos Estados Unidos da América ter sido fortemente contrário a sua criação, logo a fundação da CEPAL tem caráter contra-hegemônico, principalmente por defender políticas econômicas com menos abertura, o que era (e é) apregoado pelos EUA e outros países centrais.

Essas questões históricas e conceituais influenciaram na elaboração dos trabalhos de Raúl Prebisch, Celso Furtado, entre outros nos anos 1950, e que vieram a ser a base analítica do pensamento cepalino. Tendo como referência a presença destas instituições supracitadas de apoio internacional, os países periféricos foram motivados a reivindicar apoios, visto que possuíam problemas estruturais diferenciados dos países centrais, que não eram problemas de desemprego em si, mas de subdesenvolvimento. Por possuírem estas particularidades, tornou-se necessário a criação de um instrumental analítico que permitisse compreender o estado da arte da economia latino-americana (Souza, 2008), pois havia a disposição apenas a teoria ricardiana de vantagens comparativas e os modelos macroeconômicos keynesianos como instrumentos analíticos para os economistas deste período (Souza, 2008). O método estruturalista partia da observação dos agentes sociais e econômicos, do rumo e das ações das instituições, que Bielschowsky explica:

A perspectiva estruturalista instalou-se no centro das análises como consequência direta do objeto de reflexão a que a instituição se propunha. Tratava-se de examinar o modo próprio como se dava a transição *hacia adentro* nos países latino-americanos, transição que entendia-se repousar sobre a condição de que o processo se movia sobre uma estrutura econômica e institucional subdesenvolvida, herdada do período exportador (2000: 20).

Inúmeros estudos e pesquisadores envolvidos neste debate publicaram suas reflexões e resultados de pesquisas que imbuíram a constituição da teoria estruturalista. Mas, havia a necessidade de combinar a formação de quadros especializados para a pesquisa e sistematização desses fenômenos e planejamento de políticas e ações que buscassem soluções para as crises cíclicas.

Os estruturalistas não achavam que o capitalismo seguia o rumo a uma autodestruição, mas que a intervenção de um governo ativo era necessária para aliviar alguns dos problemas desse tipo de economia. Para eles, o ponto de partida foram os conceitos de crescimento orientado “*para dentro*” e “*para fora*” e o paradigma de “*centro-periferia*” (Garcia e Goldbaum, 2003).

A estrutura de produção da periferia é *heterogênea*, ou seja, os setores caracterizados por métodos de produção “atrasados” e de baixa produtividade coexistiam com setores que utilizam tecnologias modernas e altos níveis de produtividade. Além dessa dualidade, a economia dos países periféricos é vista como *especializada*. As exportações compõem-se de poucos produtos primários por haver pouca diversificação e integração da base produtiva – em alguns países, havia um produto em destaque, do qual a economia dependia mais do que os outros produtos. Já nos países centrais (ou desenvolvidos), a produção é essencialmente *homogênea*, no sentido de que as técnicas modernas de produção são utilizadas em todos os setores da economia – o que também implica na difusão tecnológica mais equitativa, em oposição ao que ocorre nos países periféricos, de distribuição acentuadamente desigual. Essa economia dos países de industrialização avançada é vista como *diversificadas*, uma vez que a produção cobre toda uma gama de bens de capital, intermediários e de consumo (Garcia e Goldbaum, 2003).

A teoria ricardiana das vantagens comparativas no comércio, explica que, se os países focassem na especialização de bens e tivessem baixos custos de oportunidades, haveria ganhos de troca. Porém, como visto acima, este modelo não “funcionava” nos países periféricos. Além das particularidades históricas e estruturais desses países, é argumentado por Raúl Prebisch, que se a periferia crescesse mais rapidamente que o centro, as disparidades nas elasticidades-renda das importações entre os dois polos acentuariam a tendência de déficits comerciais recorrentes para a periferia (*argumento dinâmico*). Outro ponto da análise prebischeriana defende que a periferia necessitava de proteção (barreiras), devido aos baixos níveis de produtividade industrial frente ao centro (*argumento estático*).

A deterioração dos termos de troca pode provocar nas economias um crescimento empobrecedor, consequência da redução dos preços de produtos primários exportados e aumento da renda, que eleva as importações (Souza, 2008).

Pensar na América Latina é refletir sobre sua história, mas ao mesmo tempo é desconstruí-la, ou mesmo dissecá-la. Indagar sobre um território diverso, com precariedade, pobreza, exclusão, conflitos sociais, desterritorialização, diferenciação, desigualdade e desconexão. Essa desconstrução permite criar novas identidades e formas de reorganização civil e Estatal dentro de um cenário pós-desenvolvimentista (Quijano, 2000).

3 Relação comercial e dependente da China?

A relação comercial até os anos 1980 passou por momentos de lentidão e estagnação, contudo, no início dos anos 1990 as relações comerciais floresceram, se consolidando ao longo desse período, mas foi a partir dos anos 2000 que os intercâmbios ganharam laços mais fortes e transações cada vez mais crescentes. Permitindo que a China hoje seja o terceiro parceiro comercial do Brasil nas exportações e importações.

A China que antes era rotulada como economia periférica, espantosamente cresceu e transformou-se num dos maiores mercados consumistas e produtor, intercambiando com aproximadamente todos os principais mercados nacionais e blocos econômicos. Em 2011 a China teve

uma participação de 9,5% nas importações mundiais, sendo o segundo maior importador mundial. Os dez principais importadores somados correspondem a 52,5% da demanda mundial. Se considerarmos os países Europeus mais bem colocados entre 30 maiores importadores mundiais, esta parcela do continente europeu responde por 29,9%. Os EUA demandam 12,3%. Já o Brasil é o 21º com 1,3% (WTO, 2011). Os principais fornecedores internacionais do Brasil em 2012 são a Ásia (30,9%), sendo que China responde por metade disso. A Europa é o segundo maior fornecedor, 21,4%, a América Latina e Caribe vem em seguida, 17,3%, com o Mercosul atendendo quase a metade, e por fim os Estados Unidos, com 14,6% (SECEX/MDIC, 2012). Observando este breve cenário internacional a China é um dos mercados mais promissores, até mesmo porque em 2006 era responsável por 6,4% das importações (WTO, 2006). Afora disso, pelos dados acima, a China é o maior fornecedor brasileiro.

Quanto aos maiores exportadores, a China desponta com o principal, com 10,4% em 2011, os Estados Unidos em seguida com 8,1% e Alemanha com 8,1%. O Brasil é 22º exportador, com 1,4%. Os dez primeiros abrangem 49,5% das exportações mundiais (WTO, 2011). Os principais destinos brasileiros das exportações em 2012 são: China com 17%, Estados Unidos com 11,1%, Argentina com 7,4%, Países Baixos com 6,2%, Japão com 3,3% e Alemanha com 3,0%. Somados, correspondem a 48%, portanto, a China é responsável por quase 1/3 dos seis principais destinos ou quase 1/7 de todas as exportações brasileiras.

Embora esse cenário pareça favorável para Brasil, primeiro pelo superávit da balança comercial sino-brasileira e segundo porque permitiu ao País ter um terceiro mercado forte, além dos EUA e Europa. Essa relação comercial implica mais do que números e lucros, pois a pauta de exportações é concentrada e os principais produtos tem na China seu principal destino.

Os principais produtos exportados brasileiros para o mundo são: minérios (13,7%), Petróleo e Combustíveis (12,8%), Complexo Soja (10,8%), Material de transporte (10,1%), produtos metalúrgicos (6,4%), Químicos (6,3%), Carnes (6,3%), Açúcar e etanol (6,2%), Máquinas e equipamentos (4,4%) e Papel e celulose (2,7%). Esses dez principais produtos correspondem a 79,7% de toda exportação brasileira o que equivale a mais de 193 bilhões de dólares.

Os principais produtos comprados pela China são: Minérios de ferro (33,84%), Soja (28,82%), Óleos brutos de petróleo (11,73%) e outros açúcares de cana (2,58%). Apenas esses quatro produtos concentram 76,97% ou aproximadamente 31,7 bilhões de dólares do intercâmbio sino-brasileiro em 2012 (SECEX/MDIC, 2012).

A partir desses dados quantitativos é possível observar que a China tem uma posição estratégica e consolidada no mercado mundial e o Brasil tem este País como seu principal parceiro hoje, tanto nas importações quanto nas exportações. Desse modo, o Brasil tem parte do seu crescimento atrelado aos designios e incertezas do mercado mundial, pois é integrante do sistema-mundo.

Mas é preciso considerar que o Brasil possui um amplo mercado interno, que experimentou nos últimos dez anos um aumento significativo para os padrões internacionais de crescimento do PIB até meados de 2011, aumento do nível de emprego, ampliação do número de empresas, de transferências indiretas, disponibilidade de crédito para consumo e produção, o que resultou em consumidores com capacidade e confiança de compra mais elevado. Aliado a estabilidade da moeda e as inversões estrangeiras no País. Contudo, o período de “estabilidade” e confiança passam a serem dúvidas na incerteza de um futuro que já chegou, pois a economia brasileira, depende em grande parte do desempenho externo, especialmente dos seus principais parceiros, sendo que os mesmos são parte de um sistema-mundo, com uma cada vez mais evidente desindustrialização, ou seja, uma diminuição da participação do setor industrial no PIB dos países.

As reais e cada vez mais claras consequências nos últimos anos é um aumento no endividamento das famílias brasileiras que alcançou 43% em 2012, mais do que o dobro observado em 2005 (BCB-Depec, 2012). Há também sinais de aumento da inflação e um desempenho fraco do PIB, em 2011 cresceu 2,7% e 2012 apenas 0,9% (IBGE, 2013).

Se a lógica são os indicadores e valores quantitativos como o PIB, consumo, entre outros, o Brasil parece fadado a se manter dependente. Pois, seguir e fortalecer a relação com a China parece um caminho insustentável.

Para compreender um pouco mais, observando o período entre 2007 e 2012³, o Brasil ampliou em 330% as exportações para a China (ou seja de 3,1 bilhões para 13,6 bilhões de dólares). As importações cresceram 609% (de 78 milhões para 556 milhões de dólares). A participação da China no total das exportações brasileiras ampliou de 12,08% para 27,73% no mesmo período, o que se aproxima de quase 1/3 do total de exportações. Enquanto que a participação nas importações foi de 1,74% para 6,55%. Lembrando que este crescimento se ampliou numa fase de crise econômica e de desindustrialização no mundo, inclusive na China. Embora o Brasil exporte mais do que importe, na relação comercial com a China, essa aparência positiva da balança comercial bilateral revela que o Brasil tem expandido rapidamente esse fluxo de comércio, embora tenha diversificado a pauta de exportações, inclusive com produtos manufaturados, ainda assim, os produtos que mais contribuem para isso são soja, minério de ferro, produtos siderúrgicos e óleo de soja.

Nas tabelas 1 e 2 a seguir pode-se verificar melhor essa tendência ampliação e foco na relação comercial com China.

Na tabela 1 são apresentados o número de empresas por faixa de exportações, percebe-se que o número de empresas que exportavam mais de 50 milhões por ano, cresceu de 8 para 100 em uma década, e na faixa entre 10 e 50 milhões de dólares esse número também foi surpreendente, haviam 27 em 2001 e 2012 já são mais de 300. As empresas com porte menor também tem conseguido sua fatia nesse mercado, diversificando a pauta e ampliando as oportunidades, contudo sabe-se que proporcionalmente as empresas de grande porte concentram grande parte volume de exportações, principalmente porque os principais produtos são característicos desse tipo de empresa.

Tabela 1 – Números de empresas que exportam produtos para a China, por faixa (em milhões de US\$)

Faixa de Exportações (em milhões de US\$)	Número de Empresas		
	2001	2007	2012
Acima de 50	8	29	100
Entre 10 e 50	27	113	301
Entre 1 e 10	136	386	620
Até 1	833	1631	1749
Total	1004	2159	2770

Fonte: SECEX/MDIC, 2012

Na Tabela 2 o número de empresas que importam produtos chineses cresceu, na faixa acima de 50 milhões, não havia nenhuma em 2001, mas em 2012 esse número alcançou 91. Empresas como a Samsung, Nokia, Dell, Sony, Motorola, Positivo, Electrolux, LG, Semp Toshiba, Phillips Philco, Multilaser, Huwaei, Hewlett-Packard, Panasonic, C&A, Wal-Mart, Mattel, Itaotec, Renner, Black & Decker, ThyssenKrupp, Riachuelo, Carrefour, Embratel, Intelbras, para citar algumas das mais conhecidas.

Surpreendente foi o número de empresas com faturamento nas importações até 1 milhão, que se ampliou de 4.184 para 21.947. O que demonstra a forte e pulverizada participação de artigos chineses no mercado brasileiro.

³ A escolha desse período 2007 2012, é porque é um hiato menor de tempo, abrange o período anterior a crise financeira mundial de 2008.

Tabela 2 – Números de empresas que importam produtos da China, por faixa (em milhões de US\$)

Faixa de Importações	Número de Empresas		
	2001	2007	2012
Acima de 50	-	39	91
Entre 10 e 50	14	167	454
Entre 1 e 10	240	1250	2962
Até 1	4184	10869	21947
Total	4438	12325	25454

Fonte: SECEX/MDIC, 2012

O intercâmbio sino-brasileiro parece demonstrar uma tendência de que parte do ritmo de crescimento do Brasil está subordinado ao desempenho da economia chinesa. Embora tenha ocorrido uma diversificação na pauta de exportações nos últimos anos, ainda assim, o bojo principal são bens do complexo soja (farelo, óleo e grão), minerais metálicos (aço, ferro, etc) e petróleo, os demais itens ainda não representam uma fonte de divisas significativa. Esse breve cenário permite questionar a real necessidade manter um modelo que foque a produção/exportação de alguns poucos itens, lembrando que há diversos setores a montante e jusante agregados a estes setores principais.

Conclusão

O Brasil parece fadado a uma herança colonial que marca sua cultura, história, economia e outras categorias e relações. A descolonialidade não apagará a memória colonialista da imposição e subordinação forjada, forçada e misturada, esse processo é uma reflexão, uma busca para manter vivas as marcas deste passado, mas ao mesmo tempo elaborar caminhar para se afastar e reconstruir novas práticas e relações que possam reabilitar o pensamento político do País.

Mas que desenvolvimento econômico o Brasil quer? Continuar moldado político e economicamente aos principais mercados mundiais? Será que é preciso ampliar as fronteiras agrícolas para cultivar mais soja, em detrimento de uma economia mais plural?

A relação comercial com a China demonstra que cada vez mais o Brasil concentra suas exportações e produtos em poucos mercados, o que implica na sua submissão aos ditames das incertezas do mercado mundial. Lembrando que os outros dois principais parceiros comerciais do Brasil, EUA e Alemanha, também tem fortes laços intercambiais com os chineses.

A pesquisa deste ainda caminhará para ampliar o escopo de análise, agregando os conceitos e marcadores do quadro de análise que está sendo elaborado no âmbito da pesquisa referida, para identificar os tipos de principais de colonialidade e descolonialidades (saber, poder e ser).

Referências

- Banco Central do Brasil-Departamento Econômico [BCB-Depec]. (2012). Endividamento das famílias brasileiras com o Sistema Financeiro Nacional, 2005-2012. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>>. Acesso em: 10 ago. 2013.
- Bielschowsky, Ricardo (org.). (2000) Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL. Conselho Federal de Economia - COFECON/Ed. Record. Rio de Janeiro.
- Bresser-Pereira, L.C.. (2003) *Desenvolvimento e Crise no Brasil*. 5a. Edição: São Paulo: Editora 34.

- Colistete, R.P. (2007) O Desenvolvimento Cepalino: Problemas Teóricos e Influências no Brasil. *In: SZMRECSÁNYI, Tamás e COELHO, Francisco da Silva (orgs.) Ensaios de história do pensamento econômico no Brasil contemporâneo.* - São Paulo: Atlas.
- Ferreira, W.A. (2004). *RESENHA - Human Capital and Growth*. Revista de Economia Mackenzie – Ano 2 n. 2, p. 213-228
- Furtado, Celso. (1986). *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico.* - 9ª ed.- São Paulo: Editora Nacional.
- GARCIA, Fernando e GOLDBAUM, Sergio. (2003) O Pensamento econômico latino-americano: o manifesto cepalino de Prebich. *In: FUSFELD, Daniel R. A Era do Economista.* - São Paulo: Saraiva.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE] [2013]. *Contas nacionais* Rio de Janeiro. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acessado em 07 ago. 2013.
- Jones, C. I. (2000). *Introdução a teoria do crescimento econômico.* Rio de Janeiro: Elsevier.
- Polanyi, Karl (2000). *A Grande Transformação: as origens de nossa época.* 2 ed. Rio de Janeiro: Campus.
- Quijano, Aníbal. (2000). El fantasma del desarrollo em América Latina *In: Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, vol.6, n.2, 2000. Disponível em: <<http://www.revele.com.ve/pdf/reveecciso/vol6-n2/pag73.pdf>>.
- Rodrigues, F.H.L. (2006). *Investimento direto estrangeiro e empresas transnacionais no Brasil : reflexões de pensadores da CEPAL (perspectiva histórica do pos-guerra ao início do século XXI).* [Dissertação de Mestrado - UNICAMP]. Campinas, SP: 2006. Disponível em: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000390548>. Acessado em: 26 de jun. 2013.
- Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior [SECEX/MDIC]. (2012). *Balança Comercial Brasileira* Disponível em: <<http://mdic.gov.br/comercio-exterior/>>. Acesso em: 10 ago. 2013.
- Souza, N. J. (2008). *Desenvolvimento Econômico.* - 5ª ed. - São Paulo: Atlas, 2008
- Stavenhagen, Rodolfo. (1997) Treinta años después *In: Análisis Político*, nº. 31 may/ago. Instituto de Estudios Políticos y Relaciones Internacionales (Iepri), Universidad Nacional de Colombia.
- Thomas, Vinod. *et al.* (2002) *A Qualidade do crescimento;* São Paulo: Ed. UNESP.
- Wallerstein, I. (1997/1998). A reestruturação capitalista e o sistema mundial. *Perspectivas*, São Paulo, 20/21: 249-267. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/2069>>. Acesso em: 05 fev. 2013.
- World Trade Organization [WTO]. (2011). *Principais Importadores e Exportadores Mundiais.* Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1365787109.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2013.